

PRODUÇÃO INTELECTUAL CATÓLICA: DIVERGÊNCIAS ENTRE PROGRESSISTAS E INTEGRISTAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Stela Niero

Silvia Fernandes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil

Resumo

Este artigo analisa os integristas - um grupo de intelectuais católicos - e sua posição em relação aos governos autoritários durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). A abordagem metodológica considera a história dos intelectuais a partir dos quais é analisada a posição de integristas na revista *Hora Presente* publicada durante o período em análise. O artigo pretende compreender a posição ideológica dos intelectuais associados à revista, bem como os pressupostos da formação desse periódico que defendia um pensamento teológico considerado conservador. Os integristas assumem uma posição política antiliberal e antissocialista, simpatizante dos governos militares, com forte oposição às tendências católicas progressistas. O estudo nos permite compreender aspectos do conservadorismo católico em um período relevante da história brasileira. Além disso, configura o conflito institucional como um elemento inerente ao catolicismo que assume aspectos específicos no período considerado.

Palavras-chave: Igreja Católica; Intelectuais, Integrismo, Ditadura Militar.

Abstract

This article analyzes the integristas - a group of catholic intellectuals - and their position regarding to authoritarian governments during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985). The methodological approach considers the history of the intellectuals from which the position of integristas intellectuals is analyzed from the *Hora Presente*, that is a journal published during the period under consideration. The paper aims to understand the ideological position of the intellectuals associated to the journal, as well as the assumptions of the formation of that periodical marked by theological conservative thinking. The integristas assume an anti-liberal and anti-socialist political position. They were sympathetic to military governments and made strong opposition to progressive Catholic trends. The study allows us to understand aspects of catholic conservative in a relevant period of Brazilian history. In addition, it set up the institutional conflict as an element inherent to Catholicism that assumes specific aspects in the period under consideration.

Keywords: Catholic Church; Intellectuals, fundamentalism, Military Dictatorship.

Introdução

Durante a Ditadura militar brasileira (1964-1985), Estado e Igreja Católica passaram por um momento crítico com a ameaça da ruptura entre a boa relação mantida pelas duas instituições. Além das mudanças sociopolíticas externas, a Igreja católica passava por um período de conflitos internos, com divergências entre seus membros especialmente no que se refere a processo de modernização. O cume dos conflitos internos produziu o Concílio Vaticano II que viu acirrado o antagonismo entre conservadores e progressistas.

O presente trabalho pretende analisar a corrente integrista da Igreja Católica e sua oposição às correntes teológicas progressistas durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Buscamos entender - a partir das publicações de intelectuais católicos que apoiavam o regime vigente - a relação dessas correntes com o Estado durante o referido período de privação das liberdades.

O quadro teórico empregado na pesquisa contempla o debate acerca do processo de secularização, resgatando alguns aspectos históricos desse processo para entender as raízes das relações dos conflitos aqui abordados. Analisaremos a produção intelectual desenvolvida pelos grupos católicos integristas, tanto leigos quanto regulares realizando um diálogo com a história dos intelectuais. Nossa principal fonte é a revista *Hora Presente* editada entre 1968 e 1978. Trata-se de um periódico de cunho integrista que apoiava os militares na política antissubversiva que se contrapunha aos intelectuais de ideias progressistas e militantes da esquerda católica.

Daniele Menozzi (1999) em seu trabalho *A Igreja Católica e a Secularização* nos foi bastante útil nessa análise, especialmente a partir de sua revisão histórica de aspectos da Revolução Francesa que demonstram claramente o processo de distanciamento das sociedades europeias do rígido controle religioso exercido pela instituição católica. A análise de Menozzi contribui para a compreensão da lógica que constituiu grupos conservadores e progressistas no interior da instituição católica. Notadamente, essas tendências mobilizaram as forças laicas que marcaram uma conjuntura social do período em análise e que não deixam de ter eco no momento atual.

O trabalho objetiva discutir a relação de conflito entre os intelectuais que buscavam um catolicismo integral e defensores de uma doutrina que zelava pela teologia mais conservadora, com posicionamento político considerado antimodernista em relação às correntes progressistas, como a teologia da libertação. Muitos membros da teologia da libertação estavam engajados em ações que visavam o que denominavam de “justiça social”. O termo autóctone apresenta significados diversos ao longo das décadas de consolidação dessa teologia no país. No período do regime militar significou não apenas o combate ao capitalismo moderno, mas também a defesa das liberdades e o combate a opressão do regime.

Num primeiro momento buscamos conceituar o integrismo fundamentando-nos na discussão realizada no primeiro capítulo do livro *As tentações integristas* (Gonçalves 2012) no qual o autor trabalha com a noção de integrismo definindo-o dentro do

contexto da crise modernista, mas sem desconsiderar disposições mentais e particularidades da formação desse fenômeno em contextos históricos e sociais distintos.

A obra *O integrismo brasileiro* do padre Charles Antoine (1980) é do mesmo modo aqui empregada em um esforço para compreender como o integrismo católico se estruturou no Brasil. Em seu estudo Charles Antoine (1980) aponta a separação de ambas as correntes dentro da Igreja em função do advento da modernidade. Segundo o autor, enquanto a corrente progressista está alinhada com as mudanças e busca um entendimento com a nova forma de pensar da sociedade, a corrente conservadora vai buscar manter a tradição do Estado Católico, do catolicismo em sua forma integral colocando a “verdade” acima da liberdade.

Para a discussão da presente pesquisa torna-se indispensável considerar a existência de pensamentos divergentes dentro da instituição católica. Conforme sugere Coppe Caldeira (2011) na obra *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II* é importante considerar as disputas “simbólico-normativas” em que há a busca de hegemonia por parte das correntes em conflito.

Num segundo momento analisamos a produção intelectual integrista, através da nossa fonte: a revista *Hora Presente*. Os intelectuais são por nós aqui entendidos como agentes produtores da história e atuantes na construção do campo ideológico da sociedade em que se inserem. Buscamos compreendê-los dentro da perspectiva teórica e metodológica da História Intelectual. Esta metodologia refere-se, segundo Leclerc (2004), aos produtores de obras responsáveis por inovações nos campos das ideias, na cultura, no senso estético e das ideologias.

Quanto à análise dos documentos aqui empregados¹ buscaremos compreender que “*A História Intelectual deve levar em conta a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos*” (Silva, 2002, p. 12). Portanto, levamos em conta o contexto social do período em que foram produzidos, ou seja, o período ditatorial brasileiro (1964-1985).

1. Integrismo

Quais são as questões políticas e ideológicas abordadas e defendidas pelos intelectuais integristas? Qual é a origem de sua trajetória? Como essa forma de perceber o catolicismo se organizou no ambiente nacional durante a sucessão de governos militares pós-golpe de 1964?

O questionamento em relação ao objeto parte da existência de ambiguidade nas formas de pensar dentro de uma mesma instituição, no caso a Igreja Católica. Desse modo, é preciso ter em vista que o pensamento e posicionamento dual em relação ao Estado adotado por alguns seguimentos católicos no Brasil começaram a se moldar ainda no período do Estado Novo. Contudo, foi no período militar (1964-1985) que os

conflitos entre as duas formas de teologia se tornaram mais evidentes no cenário brasileiro.

Importa destacar que tal conflito não se restringia somente a Igreja católica brasileira, mas advinha de um processo mais amplo - vivenciado pelo universo católico - de contestação da modernidade, que levou ao chamamento do Concílio Vaticano II² pelo então Papa João XXIII (1958-1963) e ao encerramento por seu sucessor Paulo VI (1963-1978). Os debates do Concílio foram continuados pela Igreja latino americana na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em 1968 e teve grandes avanços com a abertura à modernidade.

Com efeito, o integrismo corresponde à teologia de caráter mais conservador e ortodoxo que entendeu o Concílio Vaticano II como uma oposição aos seus ideais. Segundo Antoine (1980), com o surgimento de um catolicismo que almejava uma modernização capaz de equilibrar fé e intelectualidade, presencia-se a emergência, em contrapartida, de um catolicismo comprometido em salvaguardar as tradições, que se pretendia integral e único efetivamente capaz de regenerar a sociedade.

O conceito de integrismo não pode ser entendido, no entanto, como sendo homogêneo e imutável em seu percurso, mas deve estar devidamente situado no contexto histórico em que é empregado. Ao analisarmos aqui o grupo de intelectuais formados pela revista *Hora Presente*, buscamos observar sua formação histórica e sua origem, bem como verificar as principais tendências emergentes em seu discurso.

O integrismo é uma tendência teológica nascida no interior da hierarquia romana para defender-se do modernismo, visto como seu grande inimigo. Essa corrente tende a rejeitar outras religiões que não o cristianismo católico, além de ser crítica a costumes e moral divergentes daqueles propostos pelo catolicismo integral. O empenho de seus seguidores é o de conservar a tradição de maneira radical. Como observou Gonçalves (2012), embora seja um fenômeno referente ao campo religioso, muitas vezes as articulações do integrismo perpassam o campo político, principalmente no que se refere a sua vontade de preservar a relação e aproximação de Estado/Igreja, a sua simpatia ao governo antidemocrático e oposição ao socialismo e ao liberalismo e suas tentações laicizantes. De acordo com Gonçalves (2012), seja como mentalidade, teologia, programa eclesialístico de grupos católicos ou figura histórica opositora do modernismo, o integrismo é caracterizado por tendências que não podem ser entendidas como estanques, mas como fenômenos recorrentes em distintos períodos históricos nos quais e possível ver sua manifestação.

Sendo assim, essa forma de pensar o catolicismo não vai se restringir à hierarquia da Igreja Católica, mas vai passar a ser difundida, interiorizada e defendida também pelo laicato originando um corpo de intelectuais cuja ressonância vai ser significativa no campo social.

Charles Antoine (1980) questiona como poderia haver divergência e repúdio entre dois grupos que derivam de um mesmo princípio, ou seja, do catolicismo. O autor Daniele Menozzi vai atribuir ao processo de secularização essa separação de posições que os católicos vão adotar em relação à modernização da sociedade. Ele advoga que com a propagação das ideias iluministas e os resultados da revolução de 1789, a Igreja

Católica vai passar por um momento novo e de crise. O grande desafio é como enfrentar o advento da modernização e decidir quais os caminhos a seguir para dar continuidade a sua missão evangelizadora.

Nesse contexto, começam a se organizar dentro da Igreja posicionamentos díspares perante aos acontecimentos. Alguns grupos se apresentam mais favoráveis à modernização buscando conciliar sua posição teológica com as novas ideias e as demandas sociais. Em contrapartida, há outros que recusam as ideias modernizadoras por as considerarem contrárias aos seus princípios conservadores.

É nesse grupo contrário ao processo de modernização que o integrista vai emergir. Segundo Menozzi (1999) dois pontos devem ser considerados nesse embate católico em relação à secularização. Primeiramente, a convicção da existência do órgão supremo do papado como única forma de garantir a estabilidade do Estado e da sociedade. Em segundo lugar, a oposição aos *philosophes* que colocam a razão acima da fé, sendo os responsáveis pelo ateísmo, princípio absolutamente condenado pelos integristas, pois para eles não pode haver sociedade sem religião e somente o poder hierárquico piramidal poderia colocar ordem em uma sociedade civil subvertida pelo iluminismo (Menozzi, 1999, p.24).

Com efeito, o poder papal dará os direcionamentos a essas divergências entre os diversos grupos ligados ao catolicismo, sejam esses componentes da hierarquia sacerdotal ou pertencentes ao laicato que se estendem até a atualidade.

Segundo Menozzi (1999), o pontífice Pio XI (1922-1939) vai colocar-se contra as ideias iluministas mais ferrenhamente que seu predecessor. Ele condena essas ideias acusando-as de ser um “veneno do demônio” cuja finalidade é a destruição de todos os vínculos sociais. Como ação de combate a esse “veneno”, o Papa aconselhava que houvesse um zelo com a ortodoxia por parte do clero ao difundir a “verdadeira filosofia” que deveria estar fundamentada no princípio de que a ordem só pode ser alcançada através da autoridade religiosa.

No entanto, a Igreja não tinha forças para organizar uma cruzada objetivando restituir o seu poder, seja por não ter mais o apoio da monarquia, seja por reunir em seu interior grupos simpáticos à modernização e que davam maior importância às práticas efetivas das virtudes evangélicas.

Na era revolucionária e entre os católicos favoráveis à Revolução, surgiram posições tendentes a reportar-se à secularização não tanto em termos de reformulação de papel diretivo da Igreja na sociedade, mas como ocasião de uma reforma de estrutura eclesial baseada no abandono do poder. Sem ousar uma afirmação explícita do princípio do operar político e social do homem, projetavam uma Igreja, empenhada somente no cumprimento das práticas evangélicas. (Menozzi, 1999, p. 45).

Observamos que desde o período revolucionário forjador do processo de secularização, as divergências teológicas e políticas ganharam raízes que vão resultar no desejo Conciliar da igreja.

O período do papado de Leão XIII (1878-1903) foi marcado por grande debate entre desejosos de maior abertura às exigências do mundo moderno buscando uma aproximação com a ciência histórica. Menozzi (1999) constata que, embora esse Papa tenha publicado a encíclica *Libertas*, em 1888 - ocasião em que fez uma firme declaração de princípios que remeteu à cristandade medieval - na prática ele teria procedido de modo a aceitar alguns aspectos da forma moderna de Estado.

Gonçalves (2012) lembra que o teólogo Hans Küng observou que os católicos reformistas acreditaram na modificação do pensamento de Roma, devido à política de aproximação entre Igreja e cultura adotada por Leão XIII. Contudo, constataram o próprio equívoco com a retomada da intransigência romana no final de seu mandato resultando na criação da Comissão Papal Bíblica para restringir e controlar as interpretações dos textos bíblicos. Pio X (1903-1914) empenhou-se em extinguir as correntes modernistas do interior da Igreja, tendo seu pontificado sido defensor das ideias teológicas mais radicais e conservadoras (Menozzi, 1999, p.165).

Pio X pautou grande parte de suas ações guiado por uma mentalidade antimoderna, antiprotestante e intransigente. Esforçou-se na vigilância e controle do clero e na condenação de diversos movimentos que buscavam espaços de negociação no catolicismo. Posicionou-se francamente contra os partidos confessionais, contra o progressismo de setores da França e os *sillonistas* de Marc Sangnier. (Gonçalves, 2012, p.41)

Daniele Menozzi (1999) assinalou que foi nesse período que a teologia política integrista tonou-se uma importante peça cultural do catolicismo, assim permanecendo pelo menos até o Concílio Vaticano II (1961-1965). O autor ainda afirma que a perspectiva medievalista foi derrotada ainda na primeira fase do concílio. A perspectiva de igreja peregrina, ou seja, capaz de se renovar e atender as necessidades da contemporaneidade é destacado por Menozzi (1999) ao tratar do Vaticano II. Em seus conteúdos de fundação teria o Concílio Vaticano II questionado o argumento da sociedade perfeita na medida em que parte da Igreja compreendia ter cometido desvios que deveriam ser corrigidos à luz de uma renovação pela compreensão do evangelho.

Embora o Concílio Vaticano II tenha aberto a Igreja a renovação e a modernização, isso não significou o fim da teologia integrista. Segundo Marcos Gonçalves (2012), integristas como Marcel Lefebvre continuaram rebatendo as teses modernistas, acusando o Concílio Vaticano II de aliar-se ao liberalismo moderno e de afastar-se de seus verdadeiros princípios.

O período do referido Concílio vai ser uma época de efervescência dos movimentos católicos na América Latina. Dussel (1989) relata que ao final da reunião, em 1965, aconteciam movimentos e reuniões como aqueles promovidos pelo CELAM – Centro Episcopal Latino Americano, o Encontro Episcopal Latino-americano de Bispos no Equador (1966); a X Assembleia do CELAM em Mar Del Plata, evento em que o bispo brasileiro Dom Hélder Câmara foi impedido de participar denotando as tensões do período entre as correntes divergentes. Outros encontros ocorreram também na

Colômbia, Chile, e por fim, no Brasil, que realizou o Encontro da Pastoral Social, em Itapuã, Salvador, na Bahia, em 1968.

Esses encontros foram realizados para discutir os caminhos da Igreja Latino-americana em relação à renovação episcopal e aos grandes desafios da Igreja nesse período. De acordo com Henrique Dussel (1989) havia primeiramente o desafio dos latino americanos, cuja memória histórica é anterior a colonização e que apresenta a prática de um catolicismo popular, diferente daquele com o qual a Igreja institucional estava acostumada a conviver. Em segundo lugar Dussel (1989) pontua o desafio de optar exclusivamente pela reforma ou apenas pela revolução devido ao fato de o socialismo vinculado ao cristianismo ser seriamente discutido. Havia ainda o desafio relacionado aos modos de entender a função da Igreja na sociedade política e civil.

Essa discussão vai proporcionar um ambiente ambíguo de opiniões em particular no cenário brasileiro. Um exemplo dessa divergência é evidente em uma situação ocorrida com o Padre Antônio Melo:

Em 1961 o Padre Antônio Melo está à frente de dois mil camponeses que ocupam terras. Dom Hélder os apoia, assim com o cardeal Motta. Enquanto que D. Geraldo P. Sigaud se opõe e publicam um “Catecismo anticomunista”, na linha do movimento “tradição, família e propriedade (Dussel, 1989, p.45).

De acordo com os estudos de Rodrigo Coppe Caldeira (2011), Dom Geraldo P. Sigaud e Antônio de Castro Mayer eram os principais representantes do catolicismo conservador e antimoderno brasileiro na segunda metade do século XX. Esses intelectuais lideraram a Aliança Conservadora para defender uma Igreja nos moldes do século XIX que via o Papa como única fonte de poder e cuja posição integrista é irreduzível às ideias que ameaçam o poder eclesiástico sedimentado (Gonçalves, 2012, p.424).

Caldeira (2011) afirma que depois de se institucionalizar em outubro de 1964, e de fazer alianças com os demais grupos tradicionalistas, esses bispos vão começar a exercer pressão para que seus ideais sejam difundidos; pensamentos esses que vão de encontro com a fenomenologia integrista. Entre eles podemos citar: a defesa da hegemonia do poder papal, o catolicismo como única religião verdadeira e, portanto, a única que pode ser professada; manutenção da culpabilidade dos judeus pela morte de Jesus; luta contra a renovação litúrgica e realização da missa nas línguas nacionais e a condenação explícita do comunismo (Gonçalves, 2012, p.428).

Esses grupos marginais do catolicismo brasileiro vão ganhar fôlego em suas ações com a instauração do golpe de 1964 e essa fase representou um retrocesso a posições já superadas pela ala progressista católica brasileira. De acordo com Dussel (1989) é nesse momento que tem início uma perseguição a grupos de tendências modernistas como a Ação Católica, a JOC (Juventude Operária Católica) e a Ação Popular cujas lideranças além de serem perseguidas tiveram muitos de seus líderes presos e exilados.

Em 1968 - período conturbado na política do país, em que a oposição ao regime militar ganhava forças -, vai surgir um novo grupo de caráter integrista denominado *Hora Presente*, o qual Antoine (1980) afirma ser muito diferente da TFP (Tradição, Família e Propriedade), e que embora se refira aos valores da sociedade cristã é menos “Católico” do que a TFP.

Segundo Charles Antoine (1980) a revista *Hora Presente* apresenta uma característica bastante “política”, vinculando em seus volumes análises acerca dos vícios do sistema democrático brasileiro e sobre a significação do regime militar. Esses posicionamentos vão se aproximar muito da própria visão do governo, ganhando alguma visibilidade no contexto.

Os grupos divergentes ganham mais um tema para a discussão: a ditadura militar. Enquanto os grupos progressistas e da Teologia da Libertação vão oferecer resistências ao regime, muitas vezes prestando ajuda as milícias de resistência, esses grupos de intelectuais integristas terão uma certa simpatia ao regime ditatorial que apresentava ideias convergentes às suas. Entre os progressistas foi notável a atuação de Dom Hélder frente à violação dos Direitos Humanos.

2. A Revista *Hora Presente* e a posição dos intelectuais

Nas seções acima buscamos apresentar uma discussão acerca do conceito de integrismo católico, bem como a existência de divergências entre esses grupos integristas e os de caráter progressista. Consideramos a terminologia de Caldeira (2011) sobre a existência de um “campo de lutas simbólico- normativas” em que duas tendências disputam um mesmo espaço social de forma exaustiva na busca por sua hegemonia.

A partir de agora apresentamos uma análise da produção intelectual integrista em que a fonte empregada é o periódico *Hora Presente* conforme anteriormente mencionado. Através dessa análise buscamos entender: como se deu a formação do periódico e a composição do quadro de intelectuais que escreviam na revista? Qual a influência intelectual e ideias defendidas pelo grupo? De que forma foram abordadas pelos artigos do periódico?

Em 22 de agosto de 1968 a revista integrista *Hora Presente* passa oficialmente a ser publicada bimensalmente. Naquele momento o Brasil atravessava um momento de contestação popular do regime político, como a Passeata dos Cem Mil³, e um acirramento da repressão do governo que meses depois instituiu o Ato Institucional nº5. A revista *Hora Presente* tinha um posicionamento claramente antimodernista, e de acordo com Antoine (1980) tinha por objetivo ser uma “contrarrevolução” cristã metodicamente organizada fazendo críticas as correntes progressistas em vários de seus artigos.

A revista em questão teve forte caráter político, apresentando certa proximidade aos interesses do governo da época, principalmente aos do Ministério da Justiça. A

influência da magistratura é latente, devido à significativa parte de seus intelectuais serem advogados e professores de faculdade de direito. De acordo com Charles Antoine (1980) a revista era assinada por 22 juízes, 16 advogados e 83 professores de faculdade o que caracteriza sua repercussão em um determinado público cuja transferência intelectual certamente era difundida.

Embora a revista apresentasse um cunho político, não estava ligada a nenhum partido, grupo econômico local e internacional e a nenhuma entidade de vida financeira autônoma, ou seja, ela funcionava com recursos próprios. Segundo Antoine (1980) outra característica da revista era sua formação majoritariamente leiga, o que não significa que sua divulgação não fosse significativa entre a hierarquia. Ao contrário, seus leitores eram em maioria formados por eclesiásticos, embora houvesse repercussão no laicato em geral.

O presidente da revista era o Adib Casseb, professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo e que mantinha relações próximas com o então ministro da justiça Alfredo Buzaid, uma vez que ambos pertenceram ao Partido Integralista. José Pedro Galvão de Sousa era diretor de redação e sem dúvida um dos líderes intelectuais da revista, tendo vinculado numerosos artigos a ela (Antoine, 1980, p.61).

José Pedro Galvão de Sousa teve grande repercussão nacional e internacionalmente devido ao seu trabalho ligado ao laicato católico e aos meios intelectuais. Foi professor de Teoria do Estado da Faculdade Paulista de Direito, professor da cadeira de Pensamento Filosófico Moderno e contemporâneo na Faculdade de Jornalismo de Casper Libero, além de desenvolver grande atividade intelectual como colaborador de várias revistas nacionais e internacionais. Publicou textos na *Hora Presente* como: *A Igreja e o Poder*, *O Nacionalismo na Hora Presente*, *Verdade e Impostura do Colonialismo*, *A Filosofia da Técnica e a Sociologia do Poder Tecnocrático* entre outros.

Podemos observar nos artigos de José Pedro Galvão de Sousa uma forte oposição aos progressistas em defesa do que acredita ser o “verdadeiro” posicionamento da Igreja. Como ele afirma em um de seus textos “*Não se deve julgar o pensamento oficial da Igreja através da posição pessoal de alguns bispos ou padres*” (*Hora Presente*, nº 2, nov/dez. 1968, p.210) argumentando que eles caíram na tentação do poder; a mesma “tentação” que demarcou a luta de Cristo contra o demônio nos relatos evangélicos.

É a tentação que caem hoje os progressistas ao preconizarem uma adaptação exagerada da Igreja ao mundo para que ela possa dominar no mundo, ou ao se engajarem entre os adeptos de uma nova ordem socialista considerada irreversível (*Hora Presente*, nº 2, nov/dez. 1968, p.210).

Nesses trechos o intelectual Galvão de Souza se refere ao grupo brasileiro que adotou alguns componentes do progressismo francês, dando origem à chamada esquerda cristã brasileira, na qual se engajaram vários ramos da Ação Católica: dominicanos,

alguns jesuítas e alguns intelectuais católicos, que defendiam a justiça social e a conscientização dos grupos oprimidos (Löwy, 2000, p.139).

A oposição ao progressismo acontece principalmente devido a duas características de divergência: 1) a aceitação do socialismo e das concepções marxistas que podem ser observadas no posicionamento de indivíduos caracterizados como progressistas, sendo contrapostas pela posição anticomunista, fenomenologia recorrente ao integrismo, praticada pelos intelectuais ligados a revista *Hora Presente*; 2) a oposição dos progressistas ao regime político conduzido pelos militares no Brasil. Os progressistas negam qualquer valor ético ao movimento e consideram haver uma manobra dos reacionários para deter as reformas democráticas do governo Goulart contraposta pela posição dos intelectuais da *Hora Presente* que apoiam o regime militar. Michel Löwy (2000).

Galvão de Sousa em relação a esse posicionamento escreve:

A Igreja não vive a reboque das sociedades e dos regimes políticos (...). Esta pode ter sido a atitude de alguns homens da Igreja, de certos prelados, segundo exemplos do passado, aliás, renovados na atualidade, quando vemos generalizar-se a preocupação de acomodar a Igreja ao socialismo e mesmo aos regimes totalitários (*Hora Presente*, nº 2, nov/dez. 1968, p.229).

O argumento usado acima reflete o posicionamento dos intelectuais da *Hora Presente* para os quais a democracia de massas é vista como um regime totalitário, iniciado com a revolução francesa em 1789, isto é, fruto do modernismo que é rejeitado pelos católicos integristas, e obtendo sua concretização na contemporaneidade com Lênin e a Revolução Russa de 1917, que na concepção dos conservadores, ameaça servir de modelo para o Brasil (*Hora Presente*, nº 2, nov/dez 1968, p.227).

Diferentemente dos acusados de progressistas, os intelectuais da *Hora Presente* apoiam abertamente o regime militar, depositando confiança em seus atos, como expresso por Galvão de Sousa em 1970:

Uma vaga de mal-estar se espalhava por todo o país, quando a ascensão ao poder do General Garrastazu Médici, suas primeiras e incisivas declarações e a atuação resoluta do Ministério da Justiça vieram reacender a chama da esperança. (*Hora Presente*, nº 6, maio 1970, p. 64).

Além disso, esses intelectuais muitas vezes tentavam esclarecer a seus leitores o que entendiam ser o “bem comum” que as medidas tomadas pelo governo pretendiam.

A revista contava com diversos intelectuais, comprometidos em combater o comunismo, o modernismo e dar apoio ao regime militar por acreditar que o regime prezava pelos valores cristãos, permitindo uma maior aproximação entre Estado e Igreja.

Além do já citado intelectual José Pedro Galvão de Souza, compunham o grupo os intelectuais José Fraga de Teixeira Carvalho que pertencia ao Ministério público de São Paulo e também professor na Faculdade de Direito de São Paulo; Lauro de Barros

Siciliano, o único engenheiro a participar do grupo *Hora Presente* segundo Antoine (1980), e o advogado Ruy de Azevedo Sodré.

Outros colaboradores habituais da revista, como foi observado por Antoine (1980), foram os professores universitários dos cursos de Direito, Alfredo Lage que também escrevia para a revista *Permanência*⁴, Gerardo Dantas Barreto, Leonardo Van Acker, Nilo Pereira, Armando Dias de Azevedo e Claudio de Cicco. Além dos advogados Gladstone Chaves de Mello, Pedro Kasseb e Luiz Delgado, e alguns eclesiásticos principalmente da ordem dos jesuítas como os Padres Paulo Bannwarth, Afonso Rodrigues, Carlos Beraldo e o cônego Emílio Silva.

Antoine (1980) afirma que além dessas figuras pertencentes à intelectualidade brasileira, a revista *Hora Presente* recebeu a influência de diversos intelectuais pertencentes a movimentos integristas estrangeiros da França, Espanha e da vizinha Argentina cujo integrismo vinha se estruturando e tornando-se cada vez mais consistente, e em menor escala do integrismo português.

Michael Löwy (2000) atribuiu à influência francesa no Brasil a radicalização da Igreja, devido à França ser considerada o país onde a Igreja é mais progressista, crítica e avançada. No entanto, encontramos na revista *Hora Presente*, a presença marcante de intelectuais franceses listados por Antoine (1980) como, por exemplo, Marcel Clément, Louis Salleron, Gustave Thibon, Michel Creuzet, o pensador Marcel de Corte, preocupado com os vícios do pensamento moderno e da crise contemporânea e responsável pelo artigo *Diagnostico do Progressismo*. Integravam ainda o grupo de franceses: Pierre Debray, Abade Lefèvre, Hubert Saint Jacques. J.B Leroy, André Laforge, Louis Daujarques, Georges Readers, Pierre Gherman, o Almirante Paul Auphan, o cardeal Danielou, Dom Frenaud e Mons. Journet.

Assim como a francesa, a influência espanhola não foi desprezível em suas colaborações nas publicações da revista. Entre os intelectuais católicos que escreviam são observados por Antoine (1980) nomes como Eugênio Vegas de Latapié, antigo membro da Ação Espanhola que contribuiu para a formulação de um programa de restauração nacional; o professor de Filosofia do Direito da universidade de Sevilha Francisco Elias de Tejada; o professor de filosofia, pensador político e historiador Rafael Gamba, Juan Vallet de Goytisoló, Francisco Ruy, Gonzaga Cuesta Moreno, o cientista Julio Garrid, diretor da UNESCO e escritor de questões teológicas e litúrgicas *La Pensée Catholique*, Enrique Llamas, Joaquim Salaverri e o Pe. Bernardo de Monsegú.

Os integristas contavam ainda com o apoio dos argentinos, Juan Alfredo Casanbón que pertencia ao grupo de intelectuais argentinos ligados à revista *Presencia* e que se destacou na obra de esclarecimento doutrinário visando a defesa da Igreja e as suas aplicações na ordem considerada temporal, além da elaboração de um pensamento tido como “nacionalista autêntico; do Pe. Júlio Meinville, presidente dessa mesma revista, e do bispo auxiliar de La Plata Mons. Octávio Derisi (*Hora Presente*, nº7, out. 1970, p.106).

Outros representantes estrangeiros foram o português Luís de Sena e o italiano Ulisses Alessio Floridi. Esse último realizou trabalho de suma significância na

Pontifícia Universidade Gregoriana e na Universidade Estadual de Roma, ficando mundialmente reconhecido como autoridade em problemas filosóficos e culturais relacionados com marxismo e com a URSS (Hora Presente, nº4 ago.1969, p.192).

O apoio ao regime partia da percepção desses intelectuais de que a “Revolução de 64” apresentava em sua organização um déficit doutrinário político. Desta forma a contribuição intelectual da revista estaria voltada a preencher essa lacuna estabelecendo uma discussão sobre a reforma do Estado como ponto fundamental para sanar a crise política no Brasil, juntamente com os esclarecimentos de crise entre Estado e Igreja no Brasil.

Na revista de outubro de 1968 é produzido o *artigo Impasse político-militar no Brasil* no qual o problema em relação à “falha ideológica do regime” é apontado pelo grupo *Hora Presente*.

A falta de uma doutrina política corretamente formulada recorreu-se simplesmente – qual panaceia – à ocupação militar da máquina administrativa, com vistas a assegurar a prevalência de critérios de moralidade e a real preocupação com o interesse coletivo da coisa pública. (Hora Presente, nº 1, set/out 1968, p.19)

Os intelectuais acreditam que a simples militarização do sistema burocrático, sem uma real reforma de Estado não seria suficiente para afastar o perigo das ideias subversivas e de sua forma política. No entanto, o resultado dessa ação foi criar uma imagem negativa das Forças Armadas capaz de produzir um sentimento de aversão ao militarismo, que acabava por respingar na Igreja.

O mais trágico é que essas impopularização das forças armadas coincide com a impressão de desagregação da outra grande instituição na qual a grande maioria do povo brasileiro, tradicionalmente, depositava as suas esperanças como fonte inspiradora de uma ordem social equilibrada e justa: a Igreja Católica. (Hora Presente, nº 1, set/out 1968, p.19)

Outra questão que preocupava os integristas era o fato de começar a repercutir a informação sobre uma ruptura de ideias e apoio entre Igreja e Estado, que acabam surgindo por determinado segmento da imprensa, especialmente em território estrangeiro onde houve denúncia de religiosos terem sido repreendidos pelo governo. Esta denúncia partia principalmente da esquerda católica, que teve seus apoiadores muitas vezes repreendidos, sendo submetidos à prisão, tortura e exílio por terem sido culpados de subversão e terrorismo.

Em resposta a esses fatos, muitos artigos foram veiculados pela *Hora Presente*, visando esclarecer que os conflitos que ocorreram entre as duas instituições diziam respeito àqueles acusados de subversão, e, portanto, considerados criminosos e mal católicos; que desrespeitavam tanto a lei do Estado quanto os verdadeiros dogmas da Igreja Católica. Esse pensamento pode ser verificado no trecho do *artigo Igreja e Estado em conflito no Brasil?* :

Assim sendo, se algumas pessoas são prêsas por terem praticado o por sóbre elas pesarem fortes indícios de que praticaram atos nitidamente capitulados na legislação penal do país, não há porque indagar se tais pessoas são comerciantes, aviadores, descendentes de japoneses, louros ou praticantes de ioga para se levantar a tese de existência de uma “questão comercial”, ou “questão aviatória”, ou questão nisei”, ou questão loura” ou “questão ioga” (Hora Presente, nº 5, fev.1970, p.7).

Através deste artigo a revista procura contextualizar os fatos. Embora admita um conflito com representantes da Igreja, justifica que tal conflito não ocorria pelo fato de haver discordância entre governo e Igreja ou porque eventualmente a Igreja fira a ordem do Estado, mas antes, o conflito ocorria porque os progressistas e não os católicos integrais desrespeitavam a lei do Estado. (Hora Presente, nº 5, fev. 1970, p.6)

Nesse mesmo artigo, a *Hora Presente* tenta esclarecer que só haveria um conflito se o sacerdote fosse impedido de pregar o evangélico, ou de ensinar os dogmas da religião, ou proibidos de publicar livros, revistas, informáticos vinculados ao catolicismo, o que na concepção dos integristas da revista não havia acontecido. De acordo com suas próprias palavras: “*Não se tem notícia de nenhuma proibição de livros e revistas religiosos. Não se pode citar uma só lei que tenha sido baixada nestes últimos anos proibindo a abertura ou funcionamento de seminários e templos*” (Hora Presente, nº 5, fev. 1970, p.8).

Embora os intelectuais afirmassem não existir censura em relação às publicações e atividades religiosas, eles se referem às atividades realizadas pela parcela da Igreja que apresentasse uma concepção conservadora, tradicional e antimoderna das funções religiosas da qual são representantes. Mas não significaria, nesse caso, uma ausência de repressão e proibição de atividades praticadas por católicos críticos ao governo. Nessa direção, a historiografia e relatos de católicos⁵, sejam leigos ou de qualquer outro seguimento da Igreja, mostrou que houve repressão e proibição quando ocorreu a pregação, publicação ou qualquer outra forma de vinculação de ideias “moderninhas” em relação à função da Igreja, por parte de setores progressistas.

De acordo com Michael Löwy (2000), embora a abertura e disposição de uma aproximação da Igreja com as ciências defendidas pelo Papa João XXIII e, posteriormente, o Concílio Vaticano II tenha acontecido, a Igreja no Brasil escolheu pelo caminho conservador antidemocrático e autoritário pautado no argumento da criação de uma nova pátria “bolchevique” brasileira, o que para Löwy (2000) era puramente imaginário.

O autor afirma que as forças repressivas destruíram e marginalizaram a esquerda cristã, sendo os líderes dessa corrente as primeiras vítimas da caça às bruxas realizada pelo governo militar. Com o decorrer do tempo, cada vez mais católicos da esquerda passaram a apoiar os grupos clandestinos de oposição à sociedade civil. Muitos desses grupos eram compostos por padres, feiras, dominicanos e alguns bispos. Alguns radicalizando essa oposição, como os dominicanos entre 1967 e 1968 que ajudaram o grupo de guerrilha ALN⁶, dando apoio tático (Löwy, 2000, p.142).

A oposição à tortura e a denúncia dela nos meios internacionais são percebidos pela revista *Hora Presente* como ações e disposições que tentam caracterizar o Regime Militar brasileiro como um regime opressivo e que pretende “matar homens de boa vontade” cuja luta está voltada a melhorar a economia e a justiça social do país. Eles argumentam que os opositores ao regime usavam de recursos violentos e usam desse argumento para contestar o eventual heroísmo dos mesmos.

Não é preciso dizer que se passa em silêncio o fato desses heroicos “apóstolos” do “progresso” terem como ferramentas de trabalho metralhadoras, revólveres, bombas, etc., da qual fizeram uso com certa frequência, deixando em sua esteira muitos cadáveres, muitas viúvas e muita dor. Neste caso não se aplica aquele aforisma que intelectuais europeus como Daniel Mayer (presidente da Liga dos Direitos Humanos) e Pierre Henri-Simon enviaram ao Vaticano (*Hora Presente*, nº 5, fev. 1970, p.10).

Segundo Michael Löwy (2000) mesmo a alta hierarquia apresentou resistência e cautela ao se posicionar sobre as denúncias de tortura. O autor destaca algumas exceções como o caso de Dom Helder Câmara que denunciou o Regime em território estrangeiro e acabou por sofrer forte represália da imprensa conformista. É fato que havia a preocupação por parte da Igreja de manter a boa relação com o governo, fazendo com que muitos religiosos preferissem se calar diante do questionamento sobre as denúncias de tortura.

Em 1970, no mesmo ano em que é publicado o artigo supracitado, a CNBB organiza uma reunião no mês de maio, quando é redigido um documento pastoral em que os bispos se posicionam quanto a essas denúncias. Por outro lado, embora o documento condenasse a prática de tortura, afirmava que a verificação jurídica do fato não estava dentro de sua competência, e mesmo que fosse comprovada sua prática em relação aos religiosos e outros indivíduos ligados a eles, certamente não poderia ser compreendida como uma política oficial do governo. Löwy (2000) destaca que essa atitude não deixou de ser comemorada como vitoriosa pela imprensa defensora do regime.

No artigo publicado em outubro de 1970, logo após o pronunciamento de Dom Helder Câmara e do documento pastoral redigido pela CNBB, há a seguinte declaração da revista:

O presidente da CNBB, ao se pronunciar sobre o mérito das posições que dom Hélder vem tomando, afirmou explicitamente que tais posições são de exclusiva responsabilidade de Sua Excelência Reverendíssima e não refletem “necessariamente” as posições do Episcopado (*Hora Presente*, nº 7, out. 1970, p.48).

Em muitos de seus artigos a revista *Hora Presente* busca esclarecer o seu posicionamento contrário ao progressismo, seja o de Dom Helder ou de qualquer outro que fira o catolicismo integral, apresentando posições modernistas e comunistas, tidas como subversivas para os católicos conservadores e para o Estado e não aceitando um

meio termo ou qualquer aproximação desse catolicismo visto por eles como deturpado. A respeito dessa impossibilidade Gustave Thibon escreve:

Nenhuma injúria maior pode inferir-se para a posição de infidelidade de que a do mediador ou equidistante. Nem a do herege que nega o valor dessa posição, nem a do ateu que nega a sua verdade última, nem a do apóstata que a ateiçôa, podem ofendê-la tanto como a inconsciência do mediador que dela faz uma de duas tendências e escapa cômodamente por imaginário ponto equidistante. Tal qual suave árbitro entre o assaltado e o ladrão (Hora Presente, nº7, out 1970, p.185).

De acordo com Löwy (2000) a partir dos anos 1970 houve um fortalecimento do movimento católico de esquerda, principalmente com o surgimento a Teologia da Libertação e de uma maior mobilização entre católicos. Assim, há desacordo e conflito entre Estado e Igreja⁷ culminando na derrocada do apoio da Igreja Católica ao regime militar.

Em 1985, com o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização, o conflito ideológico e a luta simbólico-normativa entre as duas correntes ainda se manteve mesmo que sob novas narrativas, tendo em vista o novo contexto nacional.

De acordo com Löwy (2000), em 1986 o Papa João Paulo II escreve uma carta de apoio a Igreja brasileira, mas a política do Vaticano nos anos posteriores foi de normalizar a Igreja. Conforme Antoine (1980) essa medida foi uma tentativa de enfraquecer a Igreja brasileira através da nomeação de bispos conservadores que deram novas orientações as pastorais, especialmente àquelas de cunho social.

O objetivo do Vaticano era substituir a maioria dos bispos membros da CNBB, que a partir de 1971 esteve nas mãos da ala progressista, meta que veio a ser atingida em maio de 1995 com a eleição de Dom Lucas Moreira Neves cujo posicionamento era conservador. Assim, Dom Lucas não quis se pronunciar, em 1969, sobre o incidente do Frei Tito⁸ e posicionou-se contrariamente a Teologia da Libertação (Löwy, 2000, p.154).

Em 1988 a Igreja faz um pronunciamento sobre o desafio contemporâneo da secularização.

A secularização transformou-se no grande desafio do mundo contemporâneo em relação à Igreja, causa determinante da diminuição da prática religiosa, da redução das vocações, da perda dos valores éticos do catolicismo na vida individual e familiar, e ainda, em particular, por tender à meta de uma organização de vida coletiva que prescindir dos valores cristãos, reduzindo ou anulando a importância social da Igreja. (Menozzi, 1999, p.11)

Para Menozzi (1999) a resposta à secularização marcou profundamente a mentalidade católica de ambos os posicionamentos e é um elemento relevante na análise das relações da Igreja com a contemporaneidade.

Considerações Finais

Com o advento da secularização, a Igreja deparou-se com uma crise que gerou posicionamentos antagônicos e muitas vezes conflitantes em seu interior. Especialmente no período analisado, o conflito girava em torno do debate sobre qual seria o melhor caminho institucional a ser seguido para enfrentar a modernização e a crise religiosa dela advinda. Essa divisão originou duas correntes divergentes: a progressista e a integrista, conforme apresentamos.

Durante o período Militar Brasileiro (1964-1985) com a política antissubversiva do governo, a corrente integrista viu a oportunidade de intensificar sua rejeição e combate à esquerda católica, sobretudo em razão do que era denominado pelos intelectuais integristas como “ideologias socialistas/marxistas”. Esse combate se organizou de diversas formas e o grupo de intelectuais da revista *Hora Presente* passou a difundir suas ideias e posicionamentos através dos artigos veiculados no periódico. A aproximação dos intelectuais editores da revista com a magistratura brasileira refletiu fortemente na estruturação do periódico que buscava sempre relacionar as questões teológicas e filosóficas com a condição jurídica em que se inseria. Essa foi uma estratégia clara de obtenção de legitimação do discurso defendido por aqueles intelectuais.

Juntamente à contribuição dos intelectuais estrangeiros, a revista paulista *Hora Presente* defendeu, durante todo tempo de sua publicação, a reforma política do Estado brasileiro, o apoio ao governo militar, a proximidade das relações entre Estado e Igreja - negando a existência do conflito entre as duas instituições - e, por fim, o combate ao progressismo e a defesa do catolicismo integral regulador da verdadeira moral cristã.

Essa revista juntamente com os demais grupos integristas brasileiros foi fundamental no fortalecimento da corrente integrista em sua luta simbólico- normativa, em relação ao movimento progressista que também lutava para se impor no cenário nacional. Seus artigos permitem ter uma visão esclarecedora sobre as tensões inerentes ao catolicismo em suas vertentes progressista e integrista num momento importante da história brasileira, principalmente por elucidar interesses políticos sob a égide do religioso. A atuação dos intelectuais na Revista analisada evidencia as tensões entre Igreja e Estado e o impacto das ideias conciliares sobre vertentes que primavam pelo zelo a tradição e a doutrina.

Consideramos que embora essas divergências tenham sido mais marcantes entre as décadas de 1960 e 1980, as correntes conservadoras e progressistas continuam a desempenhar um papel significativo nas relações da Igreja com o Estado brasileiro e com a sociedade mais ampla. Ainda que a corrente integrista da igreja católica na atualidade apresente reações mais veladas e não possua grandes líderes como no contexto histórico analisado, o conflito político e religioso entre as orientações católica progressista (no sentido de abertura a mudanças) e conservadora (no sentido de elogio da tradição) é real e perceptível.

Em especial, queremos chamar a atenção para o adensamento do conceito de conservadorismo uma vez que, como vimos, ele pode ser pensado sem uma carga valorativa, mas imerso numa rede de interesses postos como oponentes à desestabilização em vários campos da vida social como a modernidade apregoa.

Os embates presentes nos discursos dos intelectuais católicos analisados na Revista e a posição de líderes religiosos progressistas movidos pela modernização advinda do Concílio demonstram as tensões internas e embates da Igreja Católica.

Cabe destacar que a disputa para legitimar determinado modelo de enfrentamento ao processo de secularização em terras brasileiras está longe de terminar. Na atualidade, a Igreja enfrenta novos embates internos entre correntes que zelam pela manutenção da doutrina e as que primam por mudanças estruturais incorporando temas controversos de nossas sociedades. Dentre esses, moralidades e política continuam a opor católicos de vertentes conservadora e progressista no catolicismo dentro e fora do Vaticano e são temas que desafiam a cúria romana na contemporaneidade e, de modo particular, o pontificado de Francisco.

A análise do posicionamento dos integristas na Revista *Hora Presente* nos abre um conjunto de perspectivas para a compreensão da gramática da Igreja católica que em diferentes momentos históricos parece operar com uma lógica clássica que mescla conservadorismo e progressismo como duas faces constituintes de uma mesma moeda.

Referências bibliográficas

ANTOINE, Charles. *O Integrisimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Trad. João Guilherme Linke. Civilização Brasileira, 1980.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: CRV, 2011.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930-1985)*. São Paulo. Trad. Eugenia Flavian, PAULUS, 1989.

GONÇALVES, M. *As tentações integristas. Um estudo sobre imprensa católica, política e catolicismo no Brasil (1908-1937)*. Curitiba: CRV, 2012.

GONCALVES, Marcos. Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro não Concílio Vaticano II. *História*, Franca, v 31, n. 1, junho de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000100021&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 05 jun. 2017.

HORA PRESENTE. São Paulo: Editora Hora Presente, 1968-1978.

LECLERC, G. *Sociologia dos Intelectuais*. Tradução: Paulo Neves. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne: Vozes, 2000.

MANOZZI, D. *A igreja Católica e a Secularização*. São Paulo: Paulinas, 1999.

SILVA, H. R. *Fragmentos da História Intelectual: Entre Questionamentos e Perspectivas*. Campinas: Editora Papirus, 2002.

Notas

¹ A análise das revistas foi possível devido a sua disposição em nosso acervo pessoal que dispõe de todos os exemplares da revista. Para a realização deste artigo foram analisadas as revistas de nº 1;2;4;5;6;7;9;15;20;21;22;23 e 24, nos quais foram selecionados dois artigos editoriais e onze artigos assinados relacionados a temática Igreja e Estado recorrente em todas as edições.

² Um concílio da Igreja Católica, ou concílio ecumênico, como é denominado no meio católico, consiste em uma reunião em que todos os bispos da Igreja Católica são convocados a participar da discussão de questões doutrinárias ou disciplinares da Igreja, com o objetivo de elaborar um documento oficial sob a crença na infalibilidade papal que deverá ser seguida por todos os católicos.

³ Protesto realizado pelo movimento estudantil que aconteceu em 26 de junho de 1968, que levou a prisão de mais de 300 estudantes.

⁴ Revista Integrista publicada no Rio de Janeiro, no mesmo período em que era publicada a *Hora Presente* e que mantém atividade através dos meios eletrônicos na atualidade.

⁵ Como exemplo podemos citar o relato do Frei Beto traduzido no filme *Batismo de Sangue*, sob a direção de Helvécio Ratton, lançado em 2007.

⁶ Ação para Libertação Nacional fundado por Carlos Marighella, antigo líder do Partido Comunista.

⁷ Ressaltando que, como visto anteriormente, os integristas da *Hora Presente* não acreditam que houve um conflito entre as duas instituições e sim com determinados indivíduos que praticavam a subversão.

⁸ Frei Tito foi um dominicano preso e torturado pelo regime militar que teria cometido suicídio em 1974 em razão dos traumas da tortura. Até os dias atuais a versão do suicídio permanece controversa.